

PROVAS ESCRITAS ESPECÍFICAS

09.05.1998

DIREITO ADMINISTRATIVO E DO TRABALHO

QUESTÕES

TODAS AS QUESTÕES DEVEM SER JUSTIFICADAS MENCIONANDO-SE, SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE

1ª QUESTÃO – Valor: 20 pontos

Decreto regulamentar estadual dispõe sobre transportes de passageiros sob regime de fretamento, estabelecendo condições mínimas de segurança e conforto para os passageiros.

De acordo com essas prescrições de polícia, a empresa de transporte escolar ALFA contrata com a montadora BETA a entrega, no prazo de um ano, de 20 veículos rigorosamente de acordo com as normas especificadas no regulamento.

Dias antes do término do prazo e entrega dos veículos, um segundo Decreto é expedido, alterando as especificações e vedando licenciamento e utilização sob fretamento de quaisquer veículos fora das novas condições.

Responda motivadamente:

O segundo Decreto poderia revogar o anterior sem estabelecer regras de compatibilização entre as exigências de um e de outro?

Teria o segundo Decreto, tornado ineficaz o contrato celebrado entre ALFA e BETA?

Poderia ALFA valer-se de algum remédio jurídico para compelir a Administração a licenciar os veículos recebidos alegando direito adquirido?

Existiriam perdas e danos indenizáveis ou simplesmente suportáveis como risco normal da atividade econômica?

2ª QUESTÃO – Valor: 30 pontos

A Lei nº 2.470/95 do Estado do Rio de Janeiro, ao intituir o Programa Estadual de Desestatização, autoriza o Governador do Estado a definir, mediante decreto, empresas sob controle acionário estatal que devem ser privatizadas através de leilão, estabelecendo, ainda, que, no caso de empresas estatais

prestadoras de serviço público, concomitantemente à venda do controle acionário dar-se-á a outorga da concessão do serviço público.

No exercício dessa competência, o Governador do Estado, editou decreto incluindo a empresa pública x, prestadora de serviço público, no programa de desestatização.

Publicado o Decreto, certo cidadão, comprovando sua condição de eleitor, ajuizou ação popular pretendendo a nulidade do ato com base nos seguintes argumentos:

- a empresa é lucrativa, não podendo o Estado se demitir de prestar, através de entidade da Administração Pública, um serviço público que foi outorgado por lei à referida empresa.

- a Lei nº 2470/95 é inconstitucional por delegar poderes do legislador ao administrador, eis que se a empresa foi criada com autorização legislativa específica, só outra lei com esta especificidade poderia autorizar sua extinção ou perda do caráter integrante da Administração Pública.

- serviços públicos não podem ser privatizados mas apenas concedidos ou permitidos mediante licitação, o que não é atendido pelo leilão de venda das ações da empresa.

Chamado a se manifestar, que argumentos poderiam ser oferecidos em contestação, em defesa da juridicidade do referido decreto?

3ª QUESTÃO – Valor: 20 pontos

Responda objetivamente:

O direito à ampla defesa deve ser assegurado em todo processo administrativo ou apenas nos processos disciplinares?

O que se entende por prescrição administrativa? Na falta de previsão legal, entende-se que a regra geral é no sentido da prescritibilidade ou da imprescritibilidade?

Como se expressa a comutatividade no contrato de concessão de serviço público?

O que vem a ser a teoria do risco integral?

4ª QUESTÃO – Valor: 30 pontos

Fulcrada na Lei nº 9.601, de 21/01/98, publicada no D. O. da União que circulou no dia imediato, dispoendo sobre o contrato de trabalho por prazo deter-

minado, a direção de certa sociedade de economia mista do Estado do Rio de Janeiro entendeu chegada a oportunidade de solucionar a sua carência de pessoal, agora com a lei infraconstitucional prevista pelo inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal.

Acedeu o Sindicato representativo da categoria profissional dos servidores da Empresa em exercer a prerrogativa prevista pelo artigo 1º da lei citada, o qual prevê a instituição de contratos de trabalho para atender a determinada necessidade temporária mediante a celebração de convenção ou acordo coletivo de trabalho.

Em se tratando da hipótese de formulação de consulta do órgão jurídico setorial à Procuradoria Geral do Estado, sustente o Candidato os fundamentos jurídicos que caberiam instruir a resposta, relacionados: a) pressupostos da relação de emprego por prazo determinado para a sua validade; b) personalidade jurídica da sociedade de economia mista do Estado, se integrante da Administração Pública Estadual; e, c) previsão do inciso IX do art. 37 da C.F.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO

16.05.1998

QUESTÕES

TODAS AS QUESTÕES DEVEM SER JUSTIFICADAS MENCIONANDO-SE, SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE

1ª QUESTÃO – Valor: 25 pontos

Caio, proprietário de um automóvel importado, intentou ação declaratória frente ao Estado do Rio de Janeiro, objetivando ver afirmado que o seu veículo também estava sujeito ao IPVA de 3%, devido pelos proprietários de automóvel de fabricação nacional, e não à alíquota de 5% pretendida pela Fazenda Pública.

Alegando que necessitava regularizar a situação do veículo junto ao DETRAN e impedir uma eventual autuação, solicitou, dada a urgência da questão, a concessão de tutela antecipada, sem a audiência da parte ré, que lhe foi deferida.

Como Procurador do Estado, como você enfrentaria a decisão?

2ª QUESTÃO – Valor: 25 pontos

Em julgamento de duplo grau de jurisdição (o Estado não apelou), a Câmara, por maioria, confirmou sentença de 1º grau. O Estado havia interposto agravo retido, alegando cerceamento de defesa, o qual foi conhecido por unanimidade, e improvido por maioria de votos.

O Estado poderá opor embargos infringentes contra a manutenção da sentença de 1º grau? E contra a decisão proferida no julgamento do agravo retido?

3ª QUESTÃO – Valor: 25 pontos

Faça a distinção entre os embargos de terceiro e a oposição.

4ª QUESTÃO – Valor: 25 pontos

Autarquia Estadual celebrou convênio de cooperação com a Universidade do Estado, cujo objeto é a execução de serviços de vistoria anual em automóveis para efeito da renovação de licença; para tanto, e, como previsto no convênio, a Universidade, com base no inciso IX do art. 37 da CF, contratou universitários, previamente selecionados, pelo prazo de 6 (seis) meses. O Ministério Público do Trabalho ajuizou, junto à Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Regional do Trabalho, Ação Civil Pública em face da autarquia, visando à condenação da ré na obrigação da rescisão dos contratos, bem como abster-se de fazer novas contratações de trabalhadores sem o requisito da aprovação em concurso público, e, ainda, condenação em pecúnia reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT.

Pergunta-se: Quais as preliminares processuais argüíveis na hipótese?

DIREITO CONSTITUCIONAL

23.05.1998

QUESTÕES

TODAS AS QUESTÕES DEVEM SER JUSTIFICADAS MENCIONANDO-SE, SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE

1ª QUESTÃO – Valor: 25 pontos

É admissível a expedição de medida provisória revogando outra ainda em curso no Congresso Nacional? Em caso afirmativo, quais as conseqüências advindas da eventual rejeição da medida provisória revogadora?

2ª QUESTÃO – Valor: 25 pontos

Lei estadual foi declarada inconstitucional por decisão, **incidenter tantum**, do Supremo Tribunal Federal. Pessoa física alcançada pela norma declarada inconstitucional, não sendo todavia parte na ação em que tal declaração de inconstitucionalidade ocorreu, impetrou mandado de injunção perante o Supremo Tribunal Federal requerendo fosse estipulado prazo ao Senado Federal para editar, nos termos do art. 52, X, da Carta Federal, resolução suspensiva da execução da mencionada lei estadual. Manifeste-se sobre a pretensão.

3ª QUESTÃO – Valor: 25 pontos

A Constituição de determinado Estado-membro estabeleceu que a escolha dos dirigentes dos estabelecimentos de ensino público dar-se-ia por eleição, mediante voto direto e secreto de professores, alunos e servidores de cada estabelecimento. O Governador solicitou o exame da constitucionalidade dessa previsão. Manifeste-se a respeito.

4ª QUESTÃO – Valor: 25 pontos

Pode a legislação estadual disciplinadora da previsão do art. 158, IV, parágrafo único, II, da Constituição Federal, adotar parâmetros que resultem em excluir determinados municípios da participação nessa parcela do ICMS? Ou os parâmetros adotados devem necessariamente assegurar tal participação a todos os municípios do Estado? Responda fundamentadamente.

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

30.05.1998

QUESTÕES

TODAS AS QUESTÕES DEVEM SER JUSTIFICADAS MENCIONANDO-SE, SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE

1ª QUESTÃO – Valor: 30 pontos

Tem o promitente comprador de um imóvel, por instrumento particular não registrado, posse **ad usucapionem** quando, embora pago o preço, não haja a possibilidade de se propor ação de adjudicação compulsória?

2ª QUESTÃO – Valor: 30 pontos

A empresa “A” prestou serviços ao Estado, regularmente contratados e que deveriam ter sido integralmente pagos em 1988. Tendo recebido tempestivamente apenas parte de seu crédito, distribuiu, em 1996, ação ordinária para cobrar o saldo devedor, acrescido de juros, multa e correção monetária. A multa e os juros de mora estavam previstos no contrato. Quanto à correção monetária, alega a empresa “A” que não necessita ser contratada e que seu não recebimento importa em enriquecimento sem causa do Estado. O que você pensa sobre a existência e a eficácia do direito de “A”?

3ª QUESTÃO – Valor: 20 pontos

A Companhia Estadual de Armazéns, sociedade de economia mista, foi criada segundo autorização de lei estadual que autorizou também a transferência para a sociedade, a título de integralização de capital, de três imóveis, que são os armazéns “A”, “B” e “C”. A sociedade, que é uma companhia aberta, tem 30% de seu capital disseminado no mercado.

Os três imóveis foram de fato entregues à empresa, mas apenas os armazéns “A” e “B” foram efetivamente empregados na integralização de capital, e

somente o primeiro ("A") teve a sua transmissão registrada no registro de imóveis. O armazém "A" foi inclusive objeto de garantia real (hipoteca) constituída em favor de banco que concedera um empréstimo à sociedade, ainda não resgatado.

Atualmente, com o deslocamento da área portuária para outra região, a Companhia adquiriu novos armazéns, estando os armazéns "A", "B" e "C" praticamente desativados.

Ocorre que o Governo do Estado encontra-se interessado em receber de volta os imóveis correspondentes aos armazéns "A", "B" e "C", a fim de neles implantar um complexo de lazer.

Por outro lado, a Companhia Estadual de Armazéns está sendo preparada para a privatização, e uma das providências preliminares seria o retorno dos aludidos imóveis ao Estado.

A matéria foi encaminhada à Procuradoria do Estado, para a emissão de parecer que analise o problema, indicando quais as providências que deverão ser adotadas para que esses imóveis, livres e desembaraçados, retornem ao Estado.

Emita o parecer.

DIREITO TRIBUTÁRIO

06.06.1998

QUESTÕES

TODAS AS QUESTÕES DEVEM SER JUSTIFICADAS MENCIONANDO-SE, SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE

1ª QUESTÃO – Valor: 20 pontos

Lei estadual dispõe que o ICMS deve ser pago até o dia 15 de cada mês calendário, prevendo multa de 10% do valor do imposto, em caso de atraso no recolhimento. Durante três meses, determinado contribuinte pagou o tributo no dia 20, fato que ensejou sua autuação, com exigência de multa pelo atraso.

Entre os meses em que houve esse atraso e a data da autuação, entra em vigor nova lei, estabelecendo que o ICMS deveria ser pago até o dia 20 de cada mês.

O contribuinte, intimado, defende-se argumentando que não deve a multa, em vista da norma do art. 106, II, "a", do Código Tributário Nacional.

Dê sua opinião sobre a procedência do argumento de defesa.

2ª QUESTÃO – Valor: 20 pontos

Lei estadual determina:

"Art. ... - O recurso voluntário para o Conselho de Contribuintes do Estado só terá seguimento se o interessado o instruir com a prova do depósito de 30% do valor total do auto de infração."

Dê sua opinião quanto à constitucionalidade desta norma.

3ª QUESTÃO – Valor: 20 pontos

A Sociedade X, empresa industrial estabelecida no Estado do Rio de Janeiro, vende artigos de decoração a duas empresas, ambas localizadas no território do Estado de São Paulo, a saber: Empresa Y, prestadora de serviços tributados exclusivamente pelo Imposto Sobre Serviços (ISS), e a Empresa Z, comerciante das mercadorias que adquire da Sociedade X.

Por força de suas atividades específicas, a Empresa Y consumirá os artigos de decoração, enquanto a Empresa Z os destinará à comercialização.

Descreva como se dará a incidência do ICMS nesses dois tipos de operação, a consumidor e a comerciante, mencionando os elementos que devem integrar a base de cálculo do imposto em cada uma delas.

4ª QUESTÃO – Valor: 20 pontos

O Estado, por erro, reteve a menos o valor do Imposto de Renda incidente sobre vencimentos pagos a funcionários de sua administração direta.

Tem o Estado competência para cobrar judicialmente dos funcionários o valor daquela diferença de Imposto de Renda?

5ª QUESTÃO – Valor: 20 pontos

O Estado contrata, regularmente, diversas empreiteiras para realizarem certa obra. Para diminuir o preço desta, após celebração de Convênio interestadual, edita lei isentando do ICMS, por 5 anos, a importação de equipamentos especializados, para emprego exclusivo em tal obra.

Decorridos os dois primeiros anos da obra, o Estado resolve aumentar sua receita e promove a revogação do Convênio e da Lei concessiva da isenção, com efeito a partir de 1º de janeiro do terceiro ano do calendário.

É legítima essa revogação de isenção?